

Nas táticas, nova divergência

ARNOLFO CARVALHO

Da Editoria de Economia

O presidente do Banco Central, Carlos Langoni, insiste em apresentar aos ministros Delfim Netto, do Planejamento, e Ernane Galvêas, da Fazenda, sua proposta original para que a renegociação da dívida externa deste ano e do próximo inclua não apenas o principal — como querem os credores —, mas também a parcela dos juros que devem ser pagos ao exterior, no total de US\$ 21 bilhões até o final de 1984: o argumento de Langoni, explicado ontem por técnicos do governo, é que a inclusão dos juros daria uma folga de caixa a curto prazo que permitiria reabrir algumas importações do setor privado e assim evitar o agravamento da recessão na indústria.

A diferença de enfoque sobre a renegociação já gerou especulações em torno de atritos dentro da equipe econômica do governo, alimentadas agora por uma audiência concedida por Langoni nesta segunda-feira ao filho do presidente em exercício, Aureliano Chaves. Mas no Banco Central a explicação é outra: não teria ocorrido nenhum atrito, mas apenas a apresentação de teses diferentes para a condução da nova fase de negociação com os credores externos. No final da última rodada com o Fundo Monetário Internacional (FMI), segundo estes técnicos, o presidente do BC apresentou por escrito sua proposta de renegociação global do

débito brasileiro, tanto junto a governos como perante os credores privados (bancos).

Como tática de negociação, o ministro Galvêas disse na semana passada que a intenção brasileira é renegociar apenas o principal do débito, relativo tão somente a este ano e ao próximo. Para continuar pagando os juros da dívida externa normalmente, ao longo do período de dois ou três anos de carência a ser solicitado aos credores, o País terá que obter novos empréstimos externos junto aos bancos privados e, além disso, terá que realizar um esforço ainda maior para conter suas importações e produzir superávits comerciais que totalizem US\$ 15,5 bilhões em dois anos. Esta posição vem sendo explicada por seus assessores como passível de mudança, desde que fique certa a disposição dos banqueiros em permitir também a renegociação dos juros.

“O problema do Langoni é o fluxo de caixa, pois se ele não tiver que pagar os juros agora, terá uma folga para colocar em dia os pagamentos atrasados e ainda poderá programar algum aumento nas importações do setor privado”, reconheceu um alto assessor do Ministério da Fazenda, ao confirmar as diferenças de posição entre a Seplan e o Banco Central, que não passariam de “divergências técnicas rotineiras, que se resolvem normalmente”. O assessor explica que a inclusão ou não dos juros não teria nenhuma relação com a manu-

tenção da política monetária apertada, por exemplo, pelo fato de que todos os credores exigem o cumprimento do programa traçado junto com o FMI para baixar a inflação.

A questão dos custos da renegociação, de acordo com estes técnicos, permanece inalterada nas duas hipóteses: se o País pára de pagar apenas as amortizações da dívida, transformadas em novos empréstimos de longo prazo, e continua saldando as parcelas relativas aos juros dos créditos anteriores, necessariamente terá que receber dos banqueiros estrangeiros novos recursos, tanto este ano como no próximo, com os quais manterá em dia suas obrigações relativas ao serviço do débito. Se não paga os juros em 83/84, terá que transformar estes pagamentos adiados em novos empréstimos, com novos custos etc., a serem quitados a partir do final dos três anos de carência pretendidos pelo governo.

A definição destas questões só será possível, de acordo com estes técnicos, a partir do próximo mês: com o retorno do ministro Delfim Netto da Europa, onde está acertando a renegociação com os países industrializados que compõem o Clube de Paris, as autoridades econômicas terão que refazer os cálculos do balanço de pagamentos deste ano e do próximo, atualizando também os acordos com o FMI e com o Comitê de Assessoramento formado pelos bancos credores.